

SÉRIE SEMINÁRIOS Nº 17/96
DIRETORIA DE PESQUISA

Seminários Sobre Estudos do Trabalho

**RENDA E POBREZA OS IMPACTOS
DO PLANO REAL**

Sonia Rocha

IPEA/DIPES

Maio de 1996

ipea
INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

SÉRIE SEMINÁRIOS Nº 17/96
DIRETORIA DE PESQUISA

Seminários Sobre Estudos do Trabalho

RENDA E POBREZA OS IMPACTOS DO PLANO REAL

Sonia Rocha

IPEA/DIPES

Maio de 1996

Renda e Pobreza
Os impactos do Plano Real

Sonia Rocha
IPEA/DIPES
Mai de 1996

A autora agradece a Marcia Quinsir, chefe do DESIP/IBGE, pela presteza com que providenciou os dados detalhados de preços para as datas de referência deste estudo; a Marcio Duarte Lopes pela competente programação; e a Sabine Barbara Fabsi pelo cuidadoso tratamento das informações.

Introdução

Os resultados bem-sucedidos do Plano Real no controle da inflação são indisputáveis. Após um período de vigência de quase dois anos, de que os planos de estabilização anteriores nem de longe conseguiram se aproximar, a taxa de inflação permanece baixa. Existe consenso entre especialistas de que esta taxa deve continuar declinante, garantindo para 1996 uma inflação em torno de 15% ao ano, representando, portanto, uma significativa e segura redução em relação àquela de cerca de 22% verificada em 1995¹. Reconhecidamente, muitos ajustes estão ainda por ser feitos para garantir a continuidade do processo, mas já estariam sendo gerados dividendos sociais inequívocos em função da melhoria do perfil distributivo após o plano de estabilização (Néri e Barros, 1996). Os bons resultados obtidos suscitam o interesse em relação aos efeitos do plano sobre a pobreza absoluta, isto é, sobre a subpopulação cujo rendimento per capita se situa aquém do mínimo indispensável para atendimento das necessidades básicas no âmbito do consumo privado. Na verdade, a questão da pobreza absoluta, sua persistência e a necessidade de conceber mecanismos para reduzi-la, tem sido, junto com a estabilização, tema central de interesse da sociedade brasileira na década de 90.

Se bem que o controle da inflação e medidas de política econômica que vem sendo adotadas em função do Plano Real alterem, necessariamente, as condições de operação do sistema produtivo, com implicações sobre o emprego e a renda, seria simplório minimizar a importância de tendências evolutivas já claramente esboçadas desde os anos 80. A esse respeito, já se verificava o *descolamento* entre aumento da produção e o crescimento do emprego na indústria desde a retomada de 1988. Apesar de a taxa de investimento ter permanecido baixa naquele período, o que estaria associado ao ambiente de incerteza econômica, para o qual a inflação alta contribuía de maneira decisiva, havia evidências inequívocas de reestruturação produtiva, terceirização e redução do emprego industrial. Nos serviços modernos, como o setor financeiro, também ocorria desde meados da década de 80 liberação de mão-de-obra, neste caso associada não somente à reestruturação administrativa das empresas, mas também à informatização. A tendência geral de crescente informalização do mercado de trabalho já era evidente há mais tempo, vinculada aos ciclos de curto prazo e à baixa taxa de investimento. Deste modo, a perda de postos de trabalho nos setores mais modernos e dinâmicos, assim como o aumento do contingente de trabalhadores informais, não são, definitivamente, fatos novos resultantes do Plano Real, como parecem sugerir muitos dos comentários sobre o assunto.

Embora não se trate de fatos novos, não é menor o interesse em conhecer sua evolução após julho de 1994. Ao considerar como se comportam os índices de pobreza no período mais recente, não se trata de examinar o comportamento do emprego, do salário ou de qualquer outra variável *per se*. Ao contrário, busca-se uma evidência de resultado dos diferentes fatores intervenientes sobre o rendimento das famílias e sobre a incidência de pobreza absoluta.

Com o objetivo de examinar estas questões, o presente texto se divide em duas partes, além desta introdução. Na primeira, trata-se essencialmente de questões associadas à mensuração de pobreza, destacando-se os aspectos vinculados aos requisitos em termos de informações estatísticas, para a adoção de diferentes possibilidades metodológicas. Na segunda parte, tomando por base uma abordagem que adota linhas de pobreza local e

¹ Variação do INPC.

temporalmente específicas, analisa-se a evolução de índices de pobreza obtidos, com base na Pesquisa Mensal de Emprego (PME), para quatro datas de referência posteriores à implantação do Plano Real. Uma breve conclusão sintetiza as evidências empíricas quanto à evolução recente da incidência de pobreza absoluta nas seis metrópoles objeto do estudo.

Parte 1

Aspectos Metodológicos e Requisitos de Informações Estatísticas

1.1 Pobreza, renda e *basic needs*

Pobreza é um fenômeno complexo, para o qual não existe uma definição inequívoca, estando associada à ocorrência de carências relativas aos diferentes aspectos da condição de vida dos indivíduos. Nas sociedades modernas, desde os estudos pioneiros de Rowntree no início do século², a forma mais freqüente de determinar quem é pobre consiste em comparar a renda de que dispõe ao valor mínimo necessário para operar adequadamente naquela sociedade - a chamada linha de pobreza³. Nos anos 70, popularizou-se a abordagem analítica de *basic needs*⁴, que, ao recorrer a indicadores físicos de resultado, como taxa de mortalidade, tinha algumas vantagens em relação aos procedimentos anteriores que se baseavam na renda como *proxy* de bem-estar. Assim, ao evitar problemas de estabelecimento de equivalência de poder de compra e de diferenças nas preferências dos indivíduos devido à especificidades culturais, a abordagem dos *basic needs* era mais adequada quando se tratava de realizar comparações entre países e monitorar os progressos no atendimento das necessidades básicas ao longo do tempo num contexto internacional. No entanto, tratava-se mais de exprimir objetivos e medir resultados no que concerne às condições de vida para a sociedade como um todo, do que de delimitar uma subpopulação pobre preferencialmente. Em estudos nacionais sobre pobreza, o critério da renda manteve a sua primazia, evoluindo paulatinamente no sentido de uma especificação mais cuidadosa das linhas de pobreza com base em preferências reveladas, derivadas de pesquisas de orçamentos familiares (Orshansky, 1965⁵; Altimir, 1979), e da utilização de critérios de renda e de indicadores sociais de forma combinada, de modo a derivar o perfil dos pobres (INDEC, 1984; Boateng et alii, 1988).

No Brasil, os estudos que utilizam a abordagem da renda se dividem em duas grandes categorias. Aqueles em que a linha de pobreza é definida em função do salário mínimo e os em que seu valor pretende refletir o custo de vida efetivo ao qual fazem face as populações de baixa renda. Em ambas as categorias é consensualmente aceito que a variável de renda mais adequada para confronto com a linha de pobreza é a renda familiar per capita, que leva em consideração todos os rendimentos das pessoas do

² O primeiro estudo empírico sobre pobreza utilizando a renda como critério básico foi o de Rowntree (1901).

³ A linha de indigência, com valor necessariamente mais baixo que o da linha de pobreza, está associada ao rendimento necessário para atender apenas às necessidades alimentares.

⁴ International Labour Office (ILO). *Employment, Growth and Basic Needs: a one-world problem* (The international basic needs strategy against chronic poverty), 1976. New York: Praeger, 1977. 223p.

⁵ O uso de linhas de pobreza baseadas em preferências dos indivíduos e efetivo custo de vida com que fazem face são utilizados nos Estados Unidos nos programas de transferência de renda para as famílias pobres (Orshansky, 1965).

núcleo familiar, o número de pessoas, e o papel da família como unidade solidária de consumo e rendimento.

Os estudos do primeiro grupo mais frequentemente consideram 1/4 de salário mínimo como valor da linha de pobreza. Como o salário mínimo real tem variado bastante ao longo do tempo, isto pode significar diferenças significativas do valor da linha de pobreza utilizada por autores que se referem aparentemente ao mesmo parâmetro.⁶

Duas restrições importantes podem ser feitas em relação ao uso de múltiplo do salário mínimo, mesmo a preços constantes, como linha de pobreza⁷. A primeira é que não há garantia de que o valor arbitrado permita atender às necessidades básicas do indivíduo, o que significa, na verdade, ignorar todas as questões subjacentes vinculadas à determinação do nível de bem-estar desejável e à sua valoração. A segunda restrição, talvez mais importante, é que ao adotar um parâmetro nacional se ignoram os significativos diferenciais de custo de vida dos pobres entre estratos de residência (urbano, rural, metropolitano) e regiões.

A disponibilidade de dados com abrangência nacional sobre o consumo das famílias permitiu que viessem a ser estimados valores localmente diferenciados para a linha de pobreza. As primeiras iniciativas neste sentido utilizaram os dados de consumo e de rendimento do Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF-1974), do IBGE, tanto para estabelecer o valor da linha de pobreza, como obter os indicadores de incidência de pobreza. O procedimento reconhecido na literatura especializada para estabelecer a linha de pobreza com base no consumo observado é simples, podendo ser resumido em quatro etapas: a) definição dos requerimentos nutricionais médios a serem atendidos; b) estabelecimento da cesta alimentar, compatível com as preferências da população de baixa renda e capaz de garantir o atendimento dos requerimentos nutricionais; c) valoração da cesta alimentar, ou linha de indigência; d) derivação da linha de pobreza, considerando o valor da cesta alimentar e o das demais despesas básicas. Apesar da simplicidade do procedimento, existem, a cada passo, múltiplas possibilidades empíricas a serem consideradas. Como resultado, a partir da mesma base de dados, cada autor deriva valores diferenciados para as linhas de indigência e de pobreza. A respeito dessas múltiplas possibilidades metodológicas, é ilustrativa a derivação pelo Banco Mundial (1979) de três diferentes conjunto de valores localmente específicos associados à cesta alimentar com base nos dados do ENDEF.⁸ Thomas (1982) e Fava (1984), utilizando metodologias semelhantes também derivaram linhas de pobreza a partir do ENDEF e estimaram a proporção de pobres no Brasil, em 1974 como, respectivamente, 29% e 36%. É evidente, portanto, que resultados obtidos em termos de incidência de pobreza devem ser entendidos em função dos pressupostos teóricos adotados em cada caso na derivação das linhas de pobreza.

Quando se utilizam pesquisas diversas como fonte de informação para rendimento, a comparabilidade de indicadores de pobreza, seja *cross-section*, seja *intertemporal*, fica prejudicada. Deve-se ter em mente que pesquisas com características diversas resultam

⁶ Pastore et alii (1983).

⁷ Fox (1990), Tolosa (1990).

⁸ Os três valores derivados para a metrópole de São Paulo foram de Cr\$ 2408, Cr\$ 1710 e Cr\$ 1076 (valores correntes de agosto de 1974 relativos ao custo alimentar anual per capita). World Bank, 1979, p.67.

em diferentes graus de cobertura do rendimento das famílias, afetando os resultados obtidos. Assim, é sabido que inquéritos de orçamentos familiares, devido ao seu detalhamento e ênfase, garantem melhor cobertura dos rendimentos do que as pesquisas domiciliares anuais. Isto cria dificuldades, por exemplo, para a utilização de parâmetros de valor derivados da POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares), 1987-88, em conjunção com dados de rendimento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)⁹. Essas pesquisas anuais, por sua vez, têm essa informação mais completa do que os censos demográficos. Deste modo, não são comparáveis resultados censitários e aqueles derivados da PNAD devido a incompatibilidades na cobertura da renda nos dois tipos de pesquisa. As estimativas sobre pobreza no Brasil mais frequentemente utilizadas, que se baseiam na PNAD, implicam pois, por conta da subestimação da renda, superestimação da incidência de pobreza.¹⁰

Cabe lembrar que o estabelecimento de linhas e pobreza e a derivação de indicadores de pobreza enquanto insuficiência de renda, dentre os quais o de proporção de pobres é o mais conhecido, constituem-se apenas em ponto de partida para estudos sobre pobreza, cujo objetivo é o de caracterizar de forma ampla as subpopulações pobres, de modo a entender as causas da pobreza e definir mecanismos capazes de remediá-la, assim como monitorar a evolução da pobreza ao longo do tempo, inclusive nas suas especificidades espaciais (Rocha e Villela, 1990; World Bank, 1995). Neste sentido, já se dispõe no Brasil de um conjunto significativo de estudos que, utilizando como ponto de partida o critério de renda, descrevem as características de subpopulações pobres específicas, fornecendo subsídios para a implementação de políticas anti-pobreza.

1.2 Requisitos de informações estatísticas para a derivação de linhas de pobreza

Existe consenso entre especialistas de que, quando a disponibilidade de dados estatísticos o permitirem, o estabelecimento de linhas de pobreza deve se basear no custo de vida efetivo para os pobres para áreas delimitadas, de modo a levar em conta especificidades locais de estrutura do consumo e de preços. O ENDEF, realizado pelo IBGE em 1974-75, forneceu dados detalhados sobre despesas e consumo das famílias brasileiras. A amostra foi desenhada para permitir a representatividade das informações por classes de renda em 22 áreas (regiões e estratos de residência). O custo de uma pesquisa deste tipo é alto, de modo que a periodicidade de sua realização geralmente não é inferior a cinco anos.

Inquérito com a característica de abrangência do ENDEF não foi mais realizado no Brasil. A POF 1987-88, que teve como objetivo principal a atualização da estrutura de pesos do sistema de índices de preços ao consumidor, foi limitada às nove regiões metropolitanas, Goiânia e Brasília. Em consequência, para cada uma destas áreas é possível dispor de dados de consumo mais recentes, e valorar as estruturas de consumo estabelecidas para os pobres aos preços efetivamente vigentes na data de referência, derivados da pesquisa mensal de preços ao consumidor do IBGE. Nada se sabe, no

⁹ A respeito da comparação das variáveis de rendimento na POF e na PNAD, ver Barros, Neri e Mendonça (1995).

¹⁰ Parte da subestimação da renda nas pesquisas domiciliares resulta da não consideração de benefícios indiretos, como vale-transporte e vale-alimentação, que têm uma importância ponderável em relação ao rendimento do trabalho da população de baixa renda e beneficia uma parcela rapidamente crescente dos trabalhadores tanto no setor formal como informal (Artache, 1995).

Entanto, sobre estrutura de consumo e preços para as áreas urbanas e rurais não-metropolitanas desde os meados da década de 70. Esta é, sem dúvida, a lacuna mais importante quando se trata de realizar estudos de pobreza no âmbito do Brasil como um todo. Na falta de dado atualizado, a derivação de linhas de pobreza para as áreas não-metropolitanas se baseia geralmente no ENDEF ou em relação de custo de vida entre áreas metropolitanas e não-metropolitanas arbitradas pelo analista.

A questão da fragilidade da base empírica para a derivação de linhas de pobreza em áreas não-metropolitanas não será relevante na discussão que se segue. Na verdade, o estudo se limitará às seis regiões metropolitanas que são investigadas no âmbito da Pesquisa Mensal de Emprego. Serão utilizadas linhas de pobreza que refletem a estrutura de consumo da população de baixa renda em cada uma delas, valoradas a preços ao consumidor dos meses de referência, utilizando como indexador os INPCs específicos por metrópole (Tabela I). As linhas de pobreza referentes a setembro de 1990 foram utilizadas para a derivação de indicadores de pobreza a partir tanto da PNAD-90, como da PME de outubro de 1990 (data de referência setembro de 1990).

Parte 2

A incidência de pobreza no período pós-Real

2.1 A variável rendimento nas pesquisas domiciliares

O interesse em verificar empiricamente o impacto do Plano Real sobre a renda e a incidência de pobreza esbarra em dificuldades devido a não-disponibilidade de dados adequados para o período após julho de 1994. Na verdade a fonte privilegiada para este tipo de estudo são pesquisas domiciliares de cobertura nacional, como o Censo Demográfico e as PNADs. Esta última, apesar de ter periodicidade anual, excepcionalmente não foi realizada em 1994, enquanto os resultados da PNAD-95 ainda não estão disponíveis.

Dadas estas restrições, optou-se por recorrer PME. Trata-se também de pesquisa domiciliar, mas de caráter conjuntural, voltada para o objetivo precípuo de acompanhamento do mercado de trabalho. Finalidades diferentes implicam conceitos e instrumentos diversos nas duas pesquisas, resultando em não-comparabilidade entre elas. Para estudos de renda e pobreza, o recurso à PME traz duas desvantagens principais.

A primeira desvantagem está associada ao fato de que a PME tem sua cobertura limitada a seis das nove regiões metropolitanas, que respondem por 87% da população metropolitana¹¹. Em consequência, não é possível acompanhar a evolução nas demais regiões metropolitanas, mas a lacuna mais grave concerne à ausência de informação em relação às áreas urbanas não-metropolitanas e rurais, onde se localizam 71% da população brasileira. É verdade que o que ocorre nas seis metrópoles cobertas pela pesquisa provavelmente sinaliza, de maneira bastante adequada, o comportamento dos setores líderes da economia, que respondem mais rapidamente às mudanças estruturais e conjunturais. Ademais, evidências empíricas com base nas PNADs ao longo da década de 1980, mostram que a renda nos estratos urbanos e rurais acompanhou o nível de

¹¹ Segundo estimativas com base na PNAD-90, essas seis metrópoles concentravam 88% dos pobres metropolitanos e 25% dos pobres brasileiros (Rocha, 1995).

Tabela 1

Valores das Linhas de Pobreza relativas às datas especificadas
para as seis regiões metropolitanas investigadas pela PME.

Regiões Metropolitanas	set/90		jul/94		jul/95		dez/95		jan/96	
	Cr \$	Sal.Min.(*)	R \$	Sal.Min.(*)	R \$	Sal.Min.(*)	R \$	Sal.Min.(*)	R \$	Sal.Min.(*)
Recife	4.470,87	73,8	45,50	70,2	61,39	61,4	64,71	64,7	65,89	65,9
Salvador	4.904,65	81,0	51,05	78,8	64,33	64,3	67,41	67,4	68,25	68,3
Belo Horizonte	4.622,65	76,3	44,69	69,0	55,65	55,7	60,50	60,5	61,49	61,5
Rio de Janeiro	5.374,82	88,7	57,74	89,1	70,72	70,7	76,34	76,3	78,16	78,2
São Paulo	6.245,19	103,1	63,96	98,7	84,46	84,5	91,13	91,1	92,63	92,6
Porto Alegre	4.979,62	82,2	44,53	68,7	55,21	55,2	58,10	58,1	58,41	58,4

Fonte: IBGE/ENDEF, Tabulações Especiais.

(*) Valor da Linha de Pobreza em relação ao salário mínimo vigente na época, expresso em porcentagem.

atividade da economia, embora este influencie de forma direta e imediata a evolução do rendimento nas áreas mais urbanizadas, como as metrópoles (Rocha, 1992).

A segunda desvantagem concerne à investigação do rendimento das pessoas. Enquanto a PNAD investiga uma série de quesitos de rendimento, incluindo a remuneração dos diferentes trabalhos, mas também benefícios previdenciários, aluguéis recebidos e rendimentos de capital em geral, a PME limita-se a registrar os rendimentos do trabalho.

Reduz-se, assim, de forma significativa o rendimento familiar per capita, que é a variável de confronto com a linha de pobreza para a determinação das subpopulações pobre e não-pobre. É importante notar que, conforme a PNAD-90, os benefícios previdenciários tem uma participação de 12,5% na renda das famílias brasileiras, sendo que esta participação é mais elevada dentre as famílias pobres (16,4%), especialmente nas áreas mais desenvolvidas. Isto significa dizer que ao levar em consideração tão somente o rendimento do trabalho, incorre-se, em princípio, em subestimação do rendimento das famílias e, conseqüentemente, superestimação da incidência de pobreza enquanto insuficiência de renda. Os dados da Tabela II mostram a participação de rendimentos de diferentes origens na formação da renda das famílias brasileiras em 1990.

Tabela II

Composição percentual da Renda Familiar com base em todos os rendimentos de todos os membros solidários (1) da família - 1990.

Regiões	Rendimentos (%)		
	Trabalho	Previdência	Outros
BRASIL	84,3	12,5	3,1
Metropolitano	83,9	12,9	3,2
Urbano	83,2	13,2	3,6
Rural	87,4	10,5	2,0
São Paulo Urbano			
Total das famílias	83,4	12,9	3,7
Famílias pobres	64,6	26,8	8,6
Nordeste Rural			
Total das famílias	85,7	12,3	1,9
Famílias pobres	86,6	11,5	1,8

Fonte: Rocha (1993), com base na PNAD-1990.

(1) Consideram-se como "membros solidários:" aqueles que moram no mesmo domicílio, e, estando ligados por laços de parentesco ou convivência, contribuem e participam da unidade econômica familiar. Excluem-se aqueles cuja condição na família é de pensionista, empregado e parente de empregado.

É importante ter em mente, outrossim, a existência de diferenças conceituais entre a PNAD e a PME. Enquanto a PNAD, que é uma pesquisa anual, investiga o rendimento mensal bruto normalmente recebido, fazendo abstração, portanto, de flutuações atípicas que possam ter ocorrido no mês de referência, a PME registra o rendimento efetivamente recebido no mês. Na verdade, fatores ligados à coleta e a outras características diversas das duas pesquisas resultam em diferenças não só da variável rendimento do trabalho, como das variáveis de renda familiar e renda familiar per capita. A Tabela III apresenta o valor médio do rendimento do trabalho, considerando todos os rendimentos de trabalho de todas as pessoas ocupadas de dez anos e mais, inclusive aquelas com rendimento zero. A comparação para o mesmo período de referência, setembro de 1990, mostra rendimentos médios do trabalho mais elevados no caso da PNAD. A renda familiar, construída como somatório das rendimentos do trabalho dos indivíduos solidários na família, também é superior na PNAD. A ordem de grandeza se inverte, porém, quando se trata da renda familiar per capita, evidenciando que a PNAD capta maior número de pessoas sem rendimento do trabalho que a PME. São esses valores de renda familiar per capita os utilizados em confronto com a linha de pobreza para delimitação da subpopulação pobre e derivação dos indicadores de pobreza enquanto insuficiência de renda.

Tabela III

Valores médios de rendimentos construídos a partir da PNAD e da PME para o conjunto de seis regiões metropolitanas (1) - setembro/1990

Variáveis de Rendimento (médias)	(em Cr\$)	
	PNAD	PME
Rendimento de todos os trabalhos (2)	37 170,05	33 772,47
Renda familiar	59 349,55	57 810,09
Renda familiar per capita	15 866,50	18 225,48

Fonte: IBGE, PNAD 1990 e PME out/90, Tabulações Especiais.

(1) Seis metrópoles objeto de investigação pela PME.

(2) Por pessoa ocupada

Existe um extensa literatura sobre a maneira de derivar indicadores de pobreza dadas a distribuição dos rendimentos e a linha de pobreza. Aqui são apresentados os indicadores de proporção, de hiato de renda e um indicador sintético proposto por Foster, Greer e Thorbecke (1984). A proporção de pobres é o indicador mais usual, que refere-se ao número de pobres, isto é, ao número de indivíduos cuja renda familiar per capita é inferior à linha de pobreza, em relação ao total da população. Na verdade este indicador por si só é uma medida tosca de pobreza, já que nada informa sobre o nível e distribuição de renda dos pobres. Complementarmente, o hiato de renda informa sobre a intensidade da pobreza, isto é, o desvio médio da renda dos pobres em relação ao valor de referência dado pela linha de pobreza. Com objetivo de considerar um terceiro aspecto da pobreza enquanto insuficiência de renda, Foster, Greer e Thorbecke propuseram um indicador que leva em conta não apenas o número de pobres e a intensidade da sua pobreza, mas também variações da distribuição de renda entre os pobres através do somatório da

potenciação dos hiatos de renda relativos a cada um dos pobres. Utilizamos os hiatos de renda ao quadrado para a derivação do que chamamos índice sintético de pobreza.¹²

A Tabela IV mostra os indicadores de proporção de pobres, hiato da renda e índice sintético para setembro de 1990 com base na PNAD e PME, utilizando os mesmos critérios de construção da renda per capita e a mesma linha de pobreza. À guisa de ilustração, apresentam-se os indicadores obtidos a partir da PNAD utilizando critérios mais abrangentes de rendimento, isto é, todos os rendimentos de todas as pessoas, e rendimento do trabalho em dinheiro e mercadorias. Observa-se em particular que, mesmo considerando apenas o rendimento de trabalho em dinheiro, conceito de rendimento mais próximo nas duas pesquisas, os resultados obtidos para os indicadores de pobreza apresentam, como era de se esperar, algum desvio.

Tabela IV

Indicadores de Pobreza enquanto Insuficiência de Renda relativas a setembro de 1990 -
Uma comparação dos resultados obtidos a partir da PNAD e da PME
para o conjuntas das seis regiões metropolitanas (*).

Indicadores	Proporção (%)	Hiato da Renda (%)	Índice Sintético
PNAD			
todos os rendimentos	28,87	44,46	0,2511
rend. trabalho em dinheiro e mercadoria	36,76	54,19	0,3834
rend. trabalho somente em dinheiro	36,79	54,30	0,3845
PME			
rend. trabalho somente em dinheiro	31,21	57,07	0,4610

Fonte de micro-dados: IBGE.

(*) Trata-se das seis metrópoles onde é realizada a PME: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Estas considerações relativas às peculiaridades das duas pesquisas têm como objetivo acautelar o leitor quanto a comparações dos resultados que serão apresentados a seguir com base na PME, e os resultados divulgados anteriormente e com base na PNAD-90. Tendo em vista as restrições quanto à disponibilidade de dados já discutidas, é interessante examinar resultados intertemporais obtidos a partir da PME para ilustrar a ocorrência de efeitos sobre a renda e sobre a pobreza após o Plano Real.

2.2 A evolução da pobreza na vigência do Plano Real

Para análise da evolução da pobreza na vigência do Plano Real foram utilizadas informações da PME para quatro momentos distintos: julho de 1994, primeiro mês do Plano, e, um ano depois, julho de 1995, além de dois meses mais recentes com características de sazonalidade bem distintas, dezembro de 1995 e janeiro de 1996.

¹² A respeito das propriedades desejáveis para os indicadores de pobreza enquanto insuficiência de renda e os indicadores propostos por diferentes autores, ver Haguenauer (1986), cap. 6.

Os indicadores de pobreza enquanto insuficiência de renda relativos a julho de 1994,¹³ primeiro mês do plano de estabilização, são os piores quando as quatro datas de referência são consideradas. Tendo como base de referência setembro de 1990, a proporção de pobres aumenta fortemente de 31% para 42% para o conjunto das seis regiões metropolitanas, o que corresponde a 16,3 milhões de pessoas em julho de 1994. Verifica-se também agravamento do indicador de intensidade da pobreza, dada pelo redução do valor do rendimento médio dos pobres em relação à linha de pobreza (o que corresponde ao aumento do hiato da renda), e do índice sintético, este último levando em consideração além da proporção e do hiato, também a desigualdade de rendimento entre os pobres. A evolução desses indicadores em cada uma das seis metrópoles se dá no mesmo sentido, havendo poucas mudanças de *ranking* entre elas em relação a 1990. Cabe destacar a forte elevação da proporção de pobres em Salvador, que passa a ocupar em 1994 a posição mais adversa quanto a este indicador.

A PME mostra, portanto, um agravamento inequívoco da pobreza enquanto insuficiência de renda sob todos os seus aspectos entre setembro de 1990 e julho de 1994. Certamente, porém, o mês de implantação do Plano Real não correspondeu ao momento de pico desses indicadores de pobreza, já que evidências diversas sugerem que a situação mais adversa ocorreu anteriormente. Assim, desde outubro de 1993 houve uma retomada sustentada da atividade da indústria de transformação, que se concentra nas regiões metropolitanas. A taxa de desemprego aberto dessazonalizada derivada da própria PME mostra, a partir de janeiro de 1993, uma tendência clara de declínio, que virá a ser revertida apenas no primeiro semestre de 1995. Na verdade, em relação aos índices de desemprego, o período mais adverso ocorreu em 1992, quando em seis meses a taxa superou 6%.

De qualquer modo, julho de 1994 é a data de referência relevante para examinar a evolução ocorrida após a implantação do Plano Real.¹⁴ Considerando os indicadores obtidos um ano depois (Tabela V-a e Gráfico I), fica evidente que o plano de estabilização permitiu uma inequívoca melhoria da renda, fazendo com que parcela significativa da população - 3,8 milhões de pessoas - ultrapassasse a linha de pobreza. A redução da proporção de pobres de 42% para 32% para o conjunto das seis regiões, correspondendo a 12,5 milhões de pessoas, evidencia um retorno ao patamar próximo ao verificado em 1990 para esse indicador, havendo, porém, diferenças significativas quando as metrópoles são analisadas separadamente: Belo Horizonte e Rio de Janeiro apresentam melhorias não somente em relação ao início do plano, mas também quando em confronto com 1990. A melhoria ocorrida em São Paulo e Salvador não permite ainda atingir o patamar de 1990, o que ocorre em Recife e Porto Alegre. De fato, estas diferenças de comportamento da proporção de pobres não estão associadas a aspectos óbvios de caráter regional ou ligados ao nível de desenvolvimento produtivo ou social, devendo provavelmente ser imputados a características locais.

¹³ Trata-se de indicadores gerados a partir da PME de agosto de 1990.

¹⁴ O diferencial de taxas de inflação neste mês (7,75%) e nos meses de referência subsequentes (por ex., julho de 1995, 2,40%) implicam alguma subestimação, no início do período, do rendimento dos trabalhadores cujo fluxo de rendimento se distribui ao longo do mês. Néri e Barros (1996) chamam a atenção para este efeito quando tratando da evolução do rendimento per capita por decil no período de junho de 1993 a setembro de 1995.

Tabela V-a

Indicadores de Pobreza enquanto Insuficiência de Renda relativos às datas especificadas para o conjunto das seis regiões metropolitanas (*).

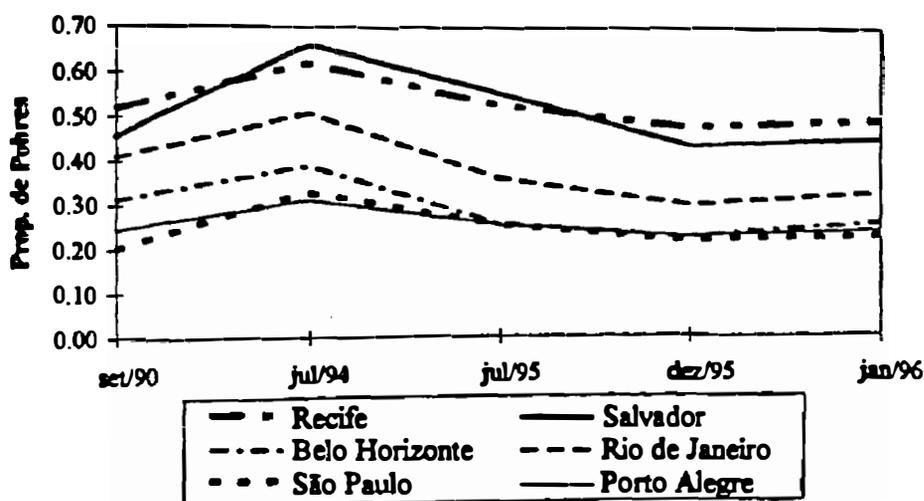
	Prop. Pobres (%)	Hiato (%)	Índice Sintético	No. Pobres (mil)
BRASIL				
julho / 1994	42,24	62,42	0,5267	16 339,4
julho / 1995	32,07	64,98	0,5906	12 564,6
dezembro / 1995	27,34	62,32	0,5237	10 774,7
janeiro / 1996	28,74	62,04	0,5152	11 327,2

Fonte de micro-dados: IBGE.

(*) Trata-se das seis metrópoles onde é realizada a PME: Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre.

Gráfico I

Evolução da Proporção de Pobres nas seis regiões metropolitanas examinadas pela PME - setembro de 1990 a janeiro de 1996.



Paralelamente à melhoria na proporção de pobres, observa-se no primeiro ano do Plano Real o agravamento dos outros indicadores de pobreza. Embora haja menos pobres em relação à população total, aqueles que estão abaixo da linha de pobreza apresentam, em média, renda familiar per capita mais baixa em relação ao período anterior, verificando-se ainda uma desigualdade crescente de rendimento entre os pobres. Para o conjunto das seis metrópoles, o hiato da renda passou de 0,62 em julho de 1994 para 0,65 um ano depois, significando que a renda média dos pobres equivalia a apenas 35% do valor da linha de pobreza, enquanto o índice sintético evoluiu marcadamente de 0,52 para 0,59. A evolução em todas as regiões teve estas mesmas características.

Este comportamento dos índices de pobreza no primeiro ano do Plano Real é ambivalente. O aspecto positivo consiste nos ganhos de renda permitindo que parte dos pobres, provavelmente aqueles cujas rendas tinham valores mais próximos ao da linha de

pobreza, ultrapassassem esses parâmetro, reduzindo a proporção de pobres de forma generalizada nas metrópoles analisadas. Em contrapartida, o contingente reduzido de indivíduos pobres tem renda média mais baixa, apresentando também entre eles maior desigualdade de renda do que a verificada no primeiro mês do plano de estabilização. Estes resultados poderiam sugerir que, do ponto de vista da renda¹⁵, a parcela dos mais pobres dentre os pobres estaria sendo deixada à margem dos benefícios do plano de estabilização.

Os indicadores relativos a dezembro de 1995 para o conjunto das regiões metropolitanas consideradas são, no entanto, relativamente tranquilizadores a esse respeito. A redução da proporção de pobres continuou ocorrendo a um ritmo semelhante ao do período anterior, caindo de 32% para 27%, o que corresponde a 10,8 milhões de indivíduos pobres. Verifica-se, porém, desta feita, melhoria também do hiato da renda, e, principalmente, do indicador sintético, sinalizando redução da intensidade de pobreza e melhoria do perfil distributivo para o conjunto da subpopulação pobre. Na verdade, em relação a esses dois últimos indicadores, houve um retorno aos níveis observados em julho de 1994 - isto é, 0,62 para o hiato da renda e 0,52 para o índice sintético. Mesmo esta estabilidade em relação ao período do início do plano, consiste, sem dúvida, num excelente resultado, face à drástica redução da proporção de pobres. No que concerne ao hiato, isto significa que houve melhorias do nível de renda também entre os que permaneceram pobres, já que se manteve o valor da renda média em relação à linha de pobreza.

Ao examinarem-se os indicadores relativos a cada metrópole separadamente, delineiam-se três situações distintas. Em primeiro lugar, a das duas metrópoles nordestinas, que, embora tenham tido melhorias significativas no período do Plano Real, apresentam progresso muito tênue em relação às condições de pobreza em 1990. Na verdade, mantêm proporções de pobres alarmantes, superiores a 40%, e indicadores de hiato e sintético de pobreza a níveis também muito elevados, tendo em vista o nível do indicador de proporção. As evidências são de estabilidade de longo prazo da pobreza do ponto de vista da renda em patamares muito altos.

Um segundo grupo é formado pelas metrópoles de Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre, que apresentam proporções de pobres praticamente ao mesmo nível - 22% - em dezembro de 1995. As três apresentam melhorias da proporção de pobres no período do Plano Real e, exceto São Paulo, também em relação a 1990. Neste particular o progresso realizado por Belo Horizonte, que reduz a proporção de pobres em 16 pontos percentuais no período de vigência do plano de estabilização, e quase dez pontos desde 1990, parece indicar uma evolução promissora da metrópole mineira. Cabe lembrar que as análises realizadas com base neste tipo de indicadores, na década de 1980, para o conjunto de nove regiões metropolitanas, mostravam Belo Horizonte, acompanhada pela metrópole do Rio de Janeiro, numa situação intermediária entre as metrópoles do Norte / Nordeste e as de São Paulo/Sul (Rocha, 1995). Em relação às três metrópoles, observa-se ainda em comum um aumento dos indicadores de hiato da renda e sintético. Enquanto em Belo Horizonte esta evolução é contrabalançada por níveis desses indicadores bem mais baixos e pela forte melhoria da proporção, inclusive em relação a 1990, em Porto

¹⁵A análise refere-se ao efeito sobre a renda. A questão da melhoria do poder de compra devido à estabilização será mencionado mais adiante.

Tabela V-b

Indicadores de Pobreza enquanto Insuficiência de Renda relativos
às datas especificadas para seis regiões metropolitanas

	Prop. Pobres (%)	Hiato (%)	Índice Sintético	No. Pobres
RECIFE				
julho / 1994	61,71	60,309	0,4684	1 847 711
julho / 1995	52,09	59,094	0,4665	1 575 481
dezembro / 1995	47,22	55,916	0,4246	1 434 968
janeiro / 1996	48,44	57,560	0,4401	1 472 027
SALVADOR				
julho / 1994	65,79	62,402	0,4922	1 750 084
julho / 1995	54,81	64,354	0,5233	1 479 305
dezembro / 1995	43,03	54,256	0,4052	1 169 561
janeiro / 1996	44,13	54,053	0,3991	1 199 241
BELO HORIZONTE				
julho / 1994	38,71	55,711	0,4274	1 395 666
julho / 1995	25,35	59,476	0,4872	924 720
dezembro / 1995	22,47	59,708	0,4968	823 923
janeiro / 1996	25,25	57,514	0,4614	925 830
RIO DE JANEIRO				
julho / 1994	50,44	65,872	0,5530	5 086 855
julho / 1995	35,80	68,450	0,6032	3 642 212
dezembro / 1995	29,74	63,028	0,5416	3 038 457
janeiro / 1996	32,02	63,093	0,5344	3 270 886
SÃO PAULO				
julho / 1994	32,65	64,063	0,5367	5 282 435
julho / 1995	25,17	69,856	0,6219	4 132 841
dezembro / 1995	21,62	65,767	0,5695	3 575 327
janeiro / 1996	22,34	64,874	0,5551	3 695 250
PORTO ALEGRE				
julho / 1994	30,96	67,708	0,5888	976 664
julho / 1995	25,21	74,286	0,6813	810 065
dezembro / 1995	22,67	70,994	0,6380	732 466
janeiro / 1996	23,65	70,532	0,6313	764 021

Fonte de micro-dados: IBGE/PME.

Alegre e São Paulo ocorre agravamento do hiato da renda e piora do perfil distributivo da subpopulação pobre após o plano de estabilização, bem que já tenha ocorrido uma melhora nos últimos seis meses do período analisado.

Finalmente, o Rio de Janeiro aparece numa situação intermediária entre os dois grupos em função da proporção de pobres que se verifica em dezembro de 1995 - 30% -, resultado de uma significativa melhora durante o plano de estabilização a partir de indicadores muito adversos no período 1990-1994.

Os resultados de dezembro são naturalmente afetados por efeitos sazonais: a renda é mais elevada devido ao recebimento do 13o. salário e o nível de emprego se eleva em função do pico de atividade nos setores de comércio e serviço devido às festas de fim de ano. Por essa razão é interessante examinar os indicadores de pobreza obtidos a partir dos dados da PME de fevereiro, relativos ao mês de janeiro de 1996.

Em relação a dezembro, ocorre, para o conjunto das regiões metropolitanas pesquisadas um pequeno agravamento da proporção de pobres, com aumento de 550 mil pobres - o que já era esperado em função do fator sazonal -, sem que isso signifique o retorno aos níveis de julho de 1995. Em contrapartida, continua a haver melhorias dos indicadores de hiato da renda e sintético de pobreza, evidenciando que permaneceu a tendência a ganhos de renda e distributivos entre os pobres.

Ao considerar os resultados segundo regiões metropolitanas, observa-se que a evolução mais adversa se deu no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. Vale observar que no mesmo período, indicadores conjunturais sensíveis, como a taxa de desemprego aberto, era mais elevada e deteriorava-se mais rapidamente em São Paulo. É interessante observar que as mudanças que se verificam no mercado de trabalho não se rebatem de forma direta sobre os indicadores de pobreza¹⁶, isto podendo se dever a duas causas principais. Por um lado, ao agravamento das condições do mercado de trabalho afetando predominantemente indivíduos cuja renda familiar se situa acima da linha de pobreza. Por outro lado, ao papel redistributivo desempenhado pela família, vinculado à crescente participação na PEA, à informalização e aos ganhos de rendimento no setor informal.

Conclusões

Os indicadores de renda construídos a partir da PME com o objetivo de verificar a evolução da pobreza absoluta após a implantação do Plano Real indicam melhora inequívoca no período compreendido entre julho de 1994 e janeiro de 1996 em todas as metrópoles analisadas. Um significativo contingente de pobres ultrapassa o patamar da linha de pobreza, de modo que, para o conjunto das seis regiões metropolitanas a proporção de pobres declina de 42% para 28%. Ademais, houve ganhos de renda para o contingente que se manteve pobre, já que o hiato da renda permaneceu constante apesar da redução do número de pobres. O indicador sintético, que inclui um componente que leva em conta a desigualdade de rendimentos entre os pobres, também mostrou estabilidade no período, o que, como já se assinalou, é um resultado positivo quando ocorre concomitantemente à redução da proporção de pobres.

¹⁶ Por exemplo, de dezembro para janeiro últimos os índices de desemprego aberto se agravaram bem mais fortemente em São Paulo (de 5,09% para 6,28%) do que nas metrópoles do Rio de Janeiro (de 0,15% para 3,5%) e de Belo Horizonte (de 3,56% para 4,18%).

Na verdade, esses dados revelam que a subpopulação pobre se beneficiou de evoluções positivas ocorridas no mercado de trabalho. Apesar da redução do nível de atividade no final do ano passado, e o ritmo lento deste início de ano, a situação atual comparada com a do início do Plano é francamente positiva. Assim, sabe-se a partir da própria PME que ocorreu no período criação líquida de postos de trabalho para o conjunto das seis regiões, acompanhada de aumento de rendimento médio das pessoas ocupadas. O aspecto adverso relativo ao aumento do desemprego se vincula claramente à redução dos postos de trabalho na indústria e a um crescimento da população economicamente ativa mais acentuado do que o da população ocupada. Os níveis crescentes de desemprego, são preocupantes devido às perspectivas de agravamento que decorrerão dos ajustes ainda por fazer. No entanto, o resultado líquido dessas tendências foi a melhoria inequívoca do rendimento familiar na base da distribuição e redução da pobreza absoluta.

Embora todas as metrópoles tenham apresentado tendência na mesma direção para os três indicadores de pobreza examinados, existem especificidades locais dignas de nota. Em Recife, Salvador e Porto Alegre, melhorias significativas dos indicadores de pobreza ocorridas entre julho de 1994 e janeiro de 1996 tornam-se tênues quando se toma como base de comparação setembro de 1990. Na verdade, o efeito sobre a renda mensal foi o de recuperar perdas ocorridas no início da década. Nas metrópoles nordestinas, isto significa níveis de pobreza alarmantes que atingem quase 50% da população. Esta estabilidade dos indicadores tem, obviamente, implicações diversas quando se trata de proporções de pobres relativamente baixas, como as verificadas em Porto Alegre.

São Paulo é a única metrópole onde, apesar das melhorias dos indicadores durante a vigência do Plano Real, verifica-se um discreto agravamento dos indicadores de pobreza quando se considera o início da década. Este fenômeno é preocupante por duas razões. A primeira é que, embora a proporção de pobres em São Paulo seja baixa em termos relativos - 22% em janeiro de 1996 -, em termos absolutos corresponde a um contingente de 3,7 milhões de pessoas, ou 1/3 do total de pobres nas seis metrópoles estudadas. Trata-se de 2,5 vezes o número de pobres de Recife, onde a proporção de pobres é de 48% da população total. A segunda razão se relaciona ao impacto sobre o emprego e sobre a renda da forte reestruturação do setor industrial no Brasil, que, além de reengenharia interna das empresas, inclui uma redistribuição espacial das atividades que, reconhecidamente, vem ocorrendo em detrimento da região metropolitana de São Paulo. Trata-se de fenômeno já claramente esboçado em 1985¹⁷, mas que vem se acelerando com a retomada do investimento industrial e instalação de novas unidades manufatureiras após 1993.

Finalmente Belo Horizonte e Rio de Janeiro apresentaram tal melhoria dos indicadores durante o Plano Real, que foi possível compensar com folga as perdas ocorridas no início da década. Rio de Janeiro, mas especialmente Belo Horizonte, parecem estar se beneficiando mais diretamente da retomada da atividade econômica e dos novos investimentos industriais. Enquanto, no final do período estudado, Rio de Janeiro mantém sua situação intermediária entre Nordeste e SP/Sul, Belo Horizonte já parece se

¹⁷ Trata-se da "reversão da polarização industrial da área metropolitana de São Paulo", que, seria um dos fatores explicativos da tendência à convergência das rendas per capita estaduais no período 1970-1985 (Ferreira e Diniz, 1995).

incorporar ao grupo das metrópoles mais desenvolvidas, apresentando proporções de pobres semelhantes às delas, mas - e este é um fato significativo - indicadores de hiato da renda e sintético bem menos adversos.

É importante sublinhar que os indicadores de pobreza foram estimados levando em conta rendimentos e taxa de inflação mensais. Não se consideram, portanto, os ganhos de renda real que ocorrem ao longo do mês em função da queda do ritmo inflacionário. À guisa de exemplo, a queda de inflação de 48% ao mês em junho de 1994, para 1%, significaria um ganho de renda real de 27% ao mês para a parcela da renda que for dispendida em pagamentos diários idênticos ao longo do mês. São os efeitos combinados de aumento da renda mensal - que se refletem nos indicadores analisados -, e da eliminação das perdas inflacionárias ao longo do mês, que vêm impulsionando o consumo popular de alimentos, elétrico-eletrônicos e material de construção, alterando o perfil de consumo da economia brasileira e garantindo uma inequívoca melhoria das condições de vida dos pobres.

Referências

- Altimir, Oscar. La Dimensión de la Pobreza en America Latina. Cuadernos de la Cepal, Santiago do Chile, 1979.
- Barros, R.P., Mendonça, R., Néri, M.. An Evaluation of the Measurement of Income and Expenditure in Household Surveys: POF versus PNAD. IPEA, mimeo, 1995.
- Boateng, O., Ewusi, K., Kanbur, R., McKay, A. A Poverty Profile for Ghana. The World Bank, Washington, D.C., 1988.
- Fava, Vera Lúcia. Urbanização, Custo de Vida e Pobreza no Brasil. São Paulo: FIPE/USP, 1984.
- Ferreira, A.H.B., Diniz, C.C.. Convergência das rendas per capita estaduais no Brasil. In Revista de Economia Política, vol.15, nº.4 (60), out.-dez. 1995, p.38-56.
- Foster, J., Greer, J., Thorbecke, E. . A Class of Decomposable Poverty Measures. In Econometrica, vol.52, p.761-767.

- Fox, Louise. Poverty Alleviation in Brazil, 1970-1987. The World Bank, 1990, mimeo.
- INDEC. La pobreza en la Argentina. INDEC, Buenos Aires, 1984.
- Néri, Marcelo, Barros, Ricardo P.. Crescimento, Deigualdade e Pobreza: O impacto da Estabilização. In IPEA/DIPES, Carta de Conjuntura no. 62, fev. 1996.
- Orshansky, M.. Counting the Poor: Another Look at the Poverty Profile. In Social Security Bulletin vol. 28, 1965.
- Rocha, Sonia, Villela, Renato. Caracterização da Subpopulação Pobre Metropolitana- Resultados de uma Análise Multivariada. In Revista Brasileira de Economia 44(1):35-53, jan.mar 1990
- Rocha, Sonia. Pobreza Metropolitana e os Ciclos de curto Prazo: Um Balanço dos Anos 80. In Boletim Conjuntural, n.12, janeiro de 1991, p.35-39.
- Rocha, Sonia. Governabilidade e Pobreza - O Desafio dos Números, in Valladares, L.,Coelho, M.. Governabilidade e Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p.221-265.
- Rowntree, B.S. Poverty: a Study of Town Life. London: MacMillan, 1901.
- Thomas, Vinod Differences in Income, Nutrition and Poverty within Brazil. Washington, D.C.: World Bank (Staff Working Paper no. 505), 1982.
- Tolosa, Hamilton. Pobreza no Brasil: uma Avaliação dos anos 80. In Velloso, J.P., Albuquerque, R.C. (orgs). Pobreza e Mobilidade Social no Brasil. São Paulo, Nobel, 1993.
- World Bank. Brazil - Human Resources Special Report. Washington, D.C., 1979.
- World Bank. Brazil- A Poverty Assessment. World Bank, Report no. 14323-BR. Washington, D.C., 1995

Série Seminários

- N.01/92 - Notas Sobre Flexibilidade Dinâmica, Competitividade e Eficácia Econômica - José Tauille (IEI-UFRJ).
- N.02/92 - A Duração do Desemprego no Brasil - Wasmália Bivar (DEIND-IBGE).
- N.03/92 - A Experiência Francesa da Renda Mínima de Inscrição (RMI), Michel Schiray (CNRS, CRBS-EHESS, França).
- N.04/92 - A Carteira de Trabalho no Mercado de Trabalho Metropolitano Brasileiro, Valéria Lúcia Pero (IEI-UFRJ e DIPES-IPEA).
- N.05/92 - Participação das Organizações de Pequenos Comerciantes Urbanos nas Reformas Institucionais e de Políticas em Nível Local - Três Estudos de Casos no Rio de Janeiro, João Sabóia (NEST e IEI-UFRJ) e Ricardo Mello (IEI-UFRJ e DIPES-IPEA).
- N.06/92 - A Evolução Temporal da Relação entre Salários e Educação no Brasil: 1976-1989, Ricardo Paes de Barros (DIPES-IPEA, IEI-UFRJ, IUPERJ e Yale University) e Lauro Ramos (DIPES-IPEA, USU).
- N.07/92 - Desproteção: outra face da pobreza, Maria Lúcia Wernick (IEI-UFRJ).
- N.08/92 - Trabalho à Domicílio: uma contribuição para o estudo de um conceito complexo, Cristina Bruschini (Fundação Carlos Chagas).
- N.09/92 - Projeção da Demanda de Produtos Agrícolas, Ajax Reynaldo Bello Morcira (DIPES-IPEA).
- N.10/92 - Bem-Estar, Pobreza e Desigualdade no Brasil, Ricardo Paes de Barros (DIPES-IPEA, IEI-UFRJ, IUPERJ e Yale University), Rosane Mendonça (DIPES-IPEA e PUC-RJ), Lauro Ramos (DIPES-IPEA e USU) e Sônia Rocha (DIPES-IPEA).
- N.11/92 - Uma Alternativa para a Reformulação da Seguridade Social, Francisco E.B. Oliveira (DIPES-IPEA e IEI-UFRJ), André Cezar Medici (ENCE-IBGE e IESP) e Kaizô I. Beltrão (ENCE-IBGE).
- N.12/92 - Efeitos Redistributivos das Políticas de Estabilização numa Economia Dual: o caso do Brasil - 1981-1988, André Urzú (IEI-UFRJ e DIPES-IPEA) e Carlos D. Winograd (DELTA e Nuffield College).
- N.13/92 - Processo Técnico, Processo de Trabalho e Acumulação: uma periodização do processo de trabalho, José Ricardo Tauille (IEI-UFRJ).
- N.14/92 - Projeções de Demanda ao Ensino Básico: 1980-2010, Nelson do Valle Silva (LNCC e IUPERJ) e José Bernardo B. Figueredo (OIT).
- N.15/92 - A Pedagogia da Repetência, Sérgio Costa Ribeiro (LNCC).
- N.16/92 - Qualidade do Ensino Básico e Igualdade de Oportunidades, Rosane Mendonça (DIPES-IPEA e PUC-RJ).
- N.17/92 - Income Distribution in Brazil: longer term trends and changes in inequality since the mid-1970s, Regis Bonelli (DIPES-IPEA), Lauro Ramos (DIPES-IPEA e USU).
- N.18/92 - Espaçamento, Aleitamento Materno, Serviço de Saúde e Mortalidade na Infância na República Dominicana, Peru e Brasil, Stephen D. McCracken (CEDEPLAR-UFMG).
- N.19/92 - Insatisfacción y Conflicto como los Principales Problemas en las Relaciones Laborales en Bolivia, Fernando Andres Blanco Cossio (PUC-RJ).
- Mudança de série
- N.01/92 - O Programa Brasileiro de Seguro-Desemprego: Diagnóstico e Sugestões para o seu Aperfeiçoamento, Beatriz Azeredo (IEI-UFRJ e CEPP) e José Paulo Chabad (FEA-USP).
- N.02/92 - An Autonomous Approach to Modernity? Iván da Costa Marques (NCE-UFRJ).
- N.03/92 - Life and Death of Children in the Streets: a marginalized and excluded generation in Latin America Society, Irene Rizzini (USU).
- N.01/93 - Human Resources in the Adjustment Process, Edward Amadeo (PUC-RJ), Ricardo Paes de Barros (DIPES-IPEA, IEI-UFRJ e Yale University), José Márcio Camargo (PUC-RJ), Rosane Mendonça (PUC-RJ e DIPES-IPEA), Valéria Lúcia Pero (IEI-UFRJ e DIPES-IPEA) e André Urzú (IEI-UFRJ e DIPES-IPEA).
- N.02/93 - Nível e Distribuição de Renda: Brasil e Macrorregiões, 1979, 1983-89, Lílian Maria Müller (DEISO-IBGE).
- N.03/93 - Entrepreneurial Risk and Labour Share in Output, Renato Fragelli Cardoso (EPGE-FGV).
- N.04/93 - Inflação e Desemprego como Determinantes do Nível e da Distribuição da Renda do Trabalho no Brasil Metropolitano: 1982-92, André Urzú (IEI-UFRJ e DIPES-IPEA).
- N.05/93 - Indexação e Regulamentação na Dinâmica do Mercado de Trabalho, Guillermo Tomás Málaga (FGV-SP).
- N.06/93 - Indexação e Inflação de Equilíbrio, Antônio Fiorenzio (UFF).
- N.07/93 - Uma Nova Abordagem do Conflito Distributivo e a Inflação Brasileira, Jorge Saba Arbeche Filho (UNB).
- N.08/93 - Em Busca das Raízes da Pobreza na América Latina, Ricardo Paes de Barros (DIPES-IPEA, IEI-UFRJ e Yale University) e José Márcio Camargo (PUC-RJ).
- N.09/93 - Human Capital Investment and Poverty, Héitor Almeida (PUC-RJ) e José Márcio Camargo (PUC-RJ).
- N.10/93 - Políticas de Concorrência e Estratégicas Empresariais: Um Estudo da Indústria Automotivística, Lúcia Helza Salgado (DIPES-IPEA).

- N.15/94 - On the Measurement of the Purchasing Power of Labor Income in an Inflationary Environment, Marcelo Neri (UFF, DIPES-IPEA e Princeton University).
- N.16/94 - Programmable Automation and Employment Practices in Brazilian Industry, Ruy de Quadros Carvalho (UNICAMP).
- N.17/94 - Inflation and Economic Policy Reform: Social Implications in Brazil, Edward Amadeo (PUC-RJ) e Gustavo Gonzaga (PUC-RJ).
- N.18/94 - Pobreza, Estrutura Familiar e Trabalho, Ricardo Paes de Barros (DIPES-IPEA, IEI-UFRJ, IUPERJ e Yale University), Rosane Mendonça (Bolsista ANPEC-IPEA e aluna do doutorado em Economia no IEI-UFRJ) e José Márcio Camargo (PUC-RJ).
- N.19/94 - Debate sobre Programa de Garantia de Renda Mínima, Organizadores: André Urani (DIPES-IPEA e IEI-UFRJ), e Hans Mathieu (ILDES/FES).
- N.20/94 - Debate sobre Política Salarial e Distribuição de Renda, Organizadores: André Urani (DIPES-IPEA e IEI-UFRJ), e Hans Mathieu (ILDES/FES).
- N.21/94 - Participação Feminina na População Economicamente Ativa no Brasil: Elementos para Projeções de níveis e padrões, Simone Wajzman, (CEDEPLAR-UFMG) e Eduardo Rios Neto (CEDEPLAR-UFMG).
- N.22/94 - Câmaras Setoriais - Notas sobre sua Constituição, Quadro Atual e Perspectivas, Ivan Gonçalves Ribeiro Guimarães (DESEP-CUT).
- N.01/95 - Uma Avaliação da Qualidade do Emprego no Brasil, Ricardo Paes de Barros (DIPES-IPEA, IEI-UFRJ, IUPERJ e Yale University) e Rosane Mendonça (IEI-UFRJ e DIPES-IPEA).
- N.02/95 - The Contemporary Transformations of the Japanese Wage Labor Nexus in Historical Retrospect and some International Comparisons, Robert Boyer (CEBREM/Paris).
- N.03/95 - Merenda Escolar e Desigualdade: O Caso de São Paulo, André Cesar Médici (IESP-FUNDAP e Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial).
- N.04/95 - Regulations and Flexibility of the Labor Market in Brazil, Edward J. Amadeo (PUC-RJ).
- N.05/95 - A Administração Pública como Empregadora: Uma Avaliação da Década de 80, Marians Ramalho (DIPES-IPEA e FEA-UFRJ) e André Urani (DIPES-IPEA e FEA-UFRJ).
- N.06/95 - Mercado de Trabalho Não-Regulamentado: Participação Relativa e Diferenciais de Salários, Reynaldo Fernandes (FIPE-USP).
- N.07/95 - Relatório sobre o Desenvolvimento Social na Sociedade Brasileira, Amélia Cohn (CEDEC-SP).
- N.09/95 - Pigou, Dalton and the principle of transfers: an experimental investigation, Yoram Amiel (Ruppert Institute) e Frank A. Cowell (The London School of Economics and Political Science).
- N.10/95 - Labor Market Institutions and Labor Market Performance, Ricardo Barros (Yale University and Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA) e Rosane Mendonça (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA).
- N.11/95 - Estruturas de Negociação Salarial e Desempenho Macroeconômico, José Carlos dos Reis Carvalho (Yale University).
- N.12/95 - Análise Estrutural do Emprego e dos Rendimentos na Indústria de Transformação de São Paulo, Márcia Helena de Lima (SENAI-SP).
- N.13/95 - Rigidezes de Práticas de Pagamento, Marcelo Neri (UFF, PNPE/IPEA e Princeton University).
- N.14/95 - A Reestruturação Industrial e a Natureza do Trabalho Capitalista, Liana Maria da Frota Carleial (Universidade Federal do Paraná).
- N.15/95 - Mudanças na Estrutura Ocupacional na Década de 80, Ana Flávia Machado (FACE/UFMG) e Mônica Viegas Andrade (FACE/UFMG).
- N.16/95 - Ambiente Econômico e Resposta Empresarial: O Ajuste da Indústria Brasileira nos Anos 90, Paulo Fernando Fleury (COPPEAD/UFRJ).
- N.17/95 - Distribuição de Renda e Pobreza nos Anos 90: Uma Análise da Situação na Região Metropolitana de São Paulo, Paulo de Martino Januzzi (SEADE) e Sandra Márcia Chagas Brandão (SEADE).
- N.18/95 - Terciarização e Qualidade do Emprego: Uma Análise da Região Metropolitana de São Paulo no Início dos anos 90, Valéria Pero (CIET/SENAI).
- N.19/95 - Qualificação, Tecnologia e Salário na Teoria Econômica, Victor Hugo Klugbrunn (UFF).

